

A Terceira Idade na Universidade: Relacionamento entre Gerações no 3º Milênio e A Identidade Social na Velhice - Mediações do Estado e da Universidade: uma análise epistemológica dos livros de Dina Frutuoso e Agostinho Both.

Flora Moritz¹
Irineu Manoel de Souza²

RESUMO: O presente trabalho traz um tema multidisciplinar, a Universidade da Terceira Idade, tendo como objetivo fazer uma análise epistemológica dos livros “A terceira idade na universidade: relacionamento entre gerações no 3º milênio” (FRUTUOSO, 1999) e “Identidade existencial na velhice: mediações do Estado e da Universidade” (BOTH, 2000). A visão que se assume é que as universidades da terceira idade são espaços de construção de identidade e realização, não podendo assumir perante os idosos estruturas infantilizadoras: o idoso é o protagonista neste projeto. Além disso, a mudança da mentalidade social em relação ao idoso pode ser impulsionada pela universidade, caso esta adote uma postura crítica. Nesta perspectiva, a área de gestão universitária deve se interessar pelo assunto, podendo impulsionar mudanças significativas para a crescente população idosa. Para tal análise, resgata-se conceitos de Terceira Idade e Universidade e sua função social, e resume-se as ideias principais das duas obras. Também busca-se fundamentação teórica sobre epistemologia e o conceito de paradigma; bases da ciência na modernidade; utilitarismo, positivismo e neopositivismo; funcionalismo; abordagem sistêmica; noções de dialética; e paradigma da complexidade. Apesar de os autores das obras de referência serem ligados às ciências sociais, ainda não é um tema explorado dentro da administração, mesmo que a temática clame por um diálogo com diversas áreas de conhecimento. A análise evidencia que as relações da universidade com a Terceira Idade são complexas e trazem inúmeras possibilidades. A abordagem pluralista do paradigma da complexidade parece ser uma lógica que abrangerá melhor o fenômeno, no caso um administrador também querer contribuir com essa área tão interdisciplinar.

Palavras-chave: Terceira Idade. Universidade. Epistemologia.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a Universidade da Terceira Idade (UnTI), um tema multidisciplinar, porém pouco abordado pela administração. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise epistemológica dos livros “A terceira idade na universidade: relacionamento entre gerações no 3º milênio” (FRUTUOSO, 1999) e “Identidade existencial na velhice: mediações do Estado e da Universidade” (BOTH, 2000). Não são muitos os livros com abordagem acadêmica sobre a temática no Brasil, mas é importante compreendê-la a partir da perspectiva brasileira, uma vez que o contexto influencia muito tais programas, sendo que o próprio critério adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para demarcar o início cronológico que considera a pessoa como idosa é relacionada ao ambiente no qual a mesma

¹ UFSC

² UFSC

vive, sendo 60 anos nos países em desenvolvimento e 65 anos nos países desenvolvidos (FRUTUOSO, 1999).

O livro de Frutuoso (1999) aborda diretamente as UnTIs, trazendo a origem da concepção, resgatando conceitos do modelo pioneiro de Pierre Vellas, bem como sua disseminação pela Europa, e trazendo também esboço da situação destes programas no Brasil. Como a própria autora coloca, as informações sobre as UnTIs no Brasil são dispersas e não sistematizadas, sendo que para obtenção dos dados apresentados, foi preciso “optar pelo recurso ao contato direto ou indireto com as diferentes instituições, ou com seus responsáveis” (FRUTUOSO, 1999, p.91).

O livro de Both (2000) foi referenciado como imprescindível para quem quer compreender a área por doutoras em gerontologia com participação direta na criação e/ou coordenação de projetos de UnTI. Assim, mesmo abordando mais a relação da Universidade com a Terceira Idade do que UnTIs propriamente ditas, foi escolhido para compor este trabalho.

Essa análise se justifica pela importância de compreender as possibilidades de pesquisas sobre UnTIs assumindo uma postura crítica, fundamentada na busca de uma postura dialética da universidade, encarando suas contradições e buscando mudanças através dos processos de interação social dos diversos grupos, instituições e organizações que interagem com a instituição, e assumindo que a mesma não pode se basear em uma racionalidade puramente instrumental. A visão que se assume é que as universidades da terceira idade são espaços de construção de identidade e realização, não podendo assumir perante os idosos estruturas infantilizadoras, ou seja: o idoso é o protagonista neste projeto; bem como que a mudança da mentalidade social em relação ao idoso pode ser impulsionada pela universidade, caso esta adote tal postura crítica. Nesta perspectiva, a área de gestão universitária deve se interessar pelo assunto, podendo impulsionar mudanças significativas para a crescente população idosa. As universidades, conforme Both (2000, p. 133):

[...] podem abrigar, em sua dimensão social, potenciais de responsabilidade política na questão urgente do envelhecimento. A dimensão cultural é, particularmente, de responsabilidade da universidade, pois o mundo-da-vida resulta como espaço a ser esclarecido quando se deseja superar os impasses da lógica teleológica consagrada pelos discursos hegemônicos do dinheiro e do poder.

Inicialmente, para contextualização, é resgatado o conceito de terceira idade, o surgimento da UnTIs e uma breve reflexão da função social da universidade. Então, são apresentadas as duas obras, detalhando as ideias principais de cada capítulo. Posteriormente, conceitua-se brevemente a Epistemologia e alguns dos fundamentos do conhecimento ocidental, utilizados para a análise das obras. Finalmente, apresenta-se a análise de trechos das referidas obras e a conclusão do trabalho.

2. TERCEIRA IDADE E UNIVERSIDADE

A estrutura etária da população brasileira sofreu intensa mudança, primeiro com a queda dos níveis de mortalidade e em seguida, com o declínio dos níveis de fecundidade. Se o declínio da mortalidade infantil inicialmente acarretou um contingente de jovens, associado à diminuição da fecundidade resultou em um crescimento da população adulta, e consequentemente, um aumento da população idosa nos anos noventa. Para os próximos 40 anos, a previsão é um aumento substancial no número de idosos, e o envelhecimento populacional. Dados do Governo Federal (BRASIL, 2012) explanam que em 2050, o Brasil

terá 63 milhões de idosos: a pirâmide etária se inverterá devida a baixa capacidade de renovação.

A população idosa apresenta grande diversidade entre si e em relação aos demais grupos etários. Para compreendê-la são necessários vários enfoques, necessitando uma visão interdisciplinar: as diversas áreas devem ser conectadas (RICCI *et al*, 2006). As representações da velhice são construções sociais, em permanente de mudança. Estão relacionadas à posição remetida a pessoas idosas na sociedade, não traduzindo necessariamente a idade cronológica, nem mudanças físicas, mas, sobretudo as “necessidades econômicas e políticas inscritas na cadeia de mudança, impondo às pessoas idosas desafios em termos de comportamentos, atitudes e valores” (DANIEL, p. 119, 2006).

Na segunda metade do Século XX, muitas conquistas dos idosos permitiram a alguns viver de forma distinta aos estereótipos de fragilidade associados a essa faixa etária. Surge o termo terceira idade, e com ele, uma nova postura entre os que têm condições de desfrutá-la: novos significados são conferidos aos estágios mais avançados da vida, vistos como momentos para novas conquistas. As experiências acumuladas proporcionariam as chances de descobrir novas identidades, concretizar projetos abandonados em outros estágios da vida, constituir relacionamentos mais proveitosos com todas as gerações, permitindo que as experiências de envelhecimento exitosas possam ser vividas coletivamente. O número de universidades e grupos de convivência da terceira idade que têm promovido à redefinição de valores, atitudes e comportamentos das pessoas envolvidas tem aumentado no Brasil (DEBERT, 1997).

Dal Rio (2009) afirma que o público procura as universidades da terceira idade visando a uma convivência social mais ativa, novos conhecimentos e novos meios de se expressar, anseios característicos dessa fase da vida. Debert (1997) relata o êxito mobilizador dos programas para a terceira idade, nos quais os saberes acumulados propiciariam a exploração de identidades. No entanto, tal êxito é proporcional à fragilidade dos mecanismos existentes para lidar com as dificuldades da velhice avançada. A imagem do envelhecimento bem-sucedido não dispõe de instrumentos adequados para os problemas da perda de habilidades cognitivas, necessárias para que uma pessoa seja autônoma e capaz de exercer seus direitos de cidadania plenamente.

Segundo a Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade (AIU3A, 2012), a primeira Universidade da Terceira Idade foi fundada em Toulouse em 1973, na Universidade de Ciências Sociais, pelo Professor Pierre Vella da Faculdade de Ciências e Direito Econômico. O projeto visava oferecer aos idosos um programa de atividades que satisfizesse as condições, necessidades e aspirações nesta idade da vida. Dal Rio (2009) afirma que a partir da década de 1980 as universidades brasileiras começaram a dar espaço às Universidades da Terceira Idade.

Assim, mais do que um momento de aprendizado lúdico e de convivência, é importante analisar as Universidades da Terceira Idade sobre o prisma da cidadania, envolvendo a todos os atores sociais com inclusão. A questão da cidadania seria uma forma de agrupar, inter-relacionando os diversos estudos pontuais, já que esta abrange questões de saúde, educação, autoestima, participação, e bom nível de qualidade de vida em geral.

3. UNIVERSIDADE E SUA FUNÇÃO SOCIAL

Por ser uma instituição social, a universidade exprime a estrutura e a forma de funcionamento da sociedade como um todo. Assim, dentro da instituição observam-se projetos e opiniões conflitantes que refletem divisões e contradições da sociedade. Essa relação entre sociedade e universidade que ilustra o fato de que a universidade foi uma instituição social desde seu surgimento, conforme Chauí (p. 5, 2003):

[...] uma ação social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão.

Chauí (2003) alerta, entretanto, que as mudanças e pressões sofridas na universidade nos últimos anos, transformaram-na em uma universidade operacional, reduzindo-a a uma organização ao invés de uma instituição, por “definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade” (CHAUI, p.6, 2003). Assim, a universidade se lança na fragmentação competitiva, produzindo conhecimento destinado à apropriação privada.

Em defesa de uma instituição universitária pública, Pacheco (2006) ressalta que a universidade não é pública por ser gratuita, mas porque sua produção teórica e científica deve ser apropriada publicamente. Goergen (2006) confia na importância da universidade para o desenvolvimento da sociedade, ainda que a conexão entre ciência e desenvolvimento possa ser mal entendida em contextos de verbas reduzidas e atraso cultural como o brasileiro. Neste ambiente, a universidade, pelo calibre de recursos que consome e dos temas teóricos sem aplicação prática imediata que se ocupa, pode ser estigmatizada como uma instituição de luxo. Em muitas ocasiões procura-se superar essa dificuldade buscando uma relação quase mecânica entre as atividades acadêmicas e a sociedade, incorrendo assim na ambivalência de operacionalizar uma instituição que, por sua natureza, deve preservar-se autônoma e crítica.

Em 1994 Santos (2008) falava dos desafios feitos à universidade no Século XX, os quais o autor afirma que se agravaram nos últimos tempos, como ele previra. As reflexões de Goergen podem ser associadas ao que Santos (2008, p.14) chama de “crise institucional da universidade”, resultante desta contradição da “reivindicação da autonomia na definição de valores e objetivos da universidade e a pressão crescente de submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social”.

Goergen (2006) acusa que este tipo de política que instrumentaliza a universidade, que visa privilegiar atividades com aplicação prática direta ao contexto social para superação das carências imediatas ali encontradas. Conforme esta estratégia, os recursos devem gerar produtos úteis, não raro, no sentido de preencher responsabilidades pertinentes a outros setores. Essa expectativa demanda um modelo de instituição operacional que desconsidera aspectos importantes da atividade acadêmica que não podem ser traduzidos em produtos imediatamente transferíveis ao plano prático, por exemplo, as pesquisas básicas. Não há relação mecânica entre atividades acadêmicas e suas implicações sociais, o que não significa que a universidade não deve comprometer-se com a sociedade, mas sim que não deve ser refém do imediatismo.

Para que a universidade pública seja tomada por um novo olhar, primeiro, o Estado deve tomar a educação como um investimento social e público, e um direito de todos

(CHAUÍ, 2003). Por meio da destinação dos recursos públicos aos direitos sociais que se mensura a democratização do Estado e da universidade.

Ao refletir sobre a transformação da universidade pública sob a perspectiva da democratização e formação, Chauí (2003) enfatiza alguns pontos necessários para tal mudança, os quais se destacam: autonomia universitária definida pelo direito de determinar suas normas de formação, pesquisa e docência, não por critérios produtivistas; liberdade para adotar perspectiva crítica; e diálogo e transparência com a sociedade civil e os agentes do Estado.

A universidade pública não é uma instituição alheia a sociedade, ao Estado e mesmo ao mercado. Ela é um órgão da administração pública indireta, uma autarquia, portanto com autonomia, que pertence à sociedade, e deve dialogar com o mercado, mas mantendo sua perspectiva crítica, e não sendo ditada por este.

4. IDENTIDADE EXISTENCIAL NA VELHICE: MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE

Both (2000) baseia seu livro em dois pressupostos: o primeiro vinculado ao conhecimento do potencial humano na terceira idade e suas possibilidades de expressões a serem reveladas; e o outro na necessidade de ser construída uma nova gestão social para a velhice. A universidade, compreendida como uma instituição cultural, deve participar na construção do conhecimento sobre a identidade humana no envelhecimento, assim como o Estado, este com a responsabilidade de promover normas e iniciativas éticas frente à longevidade.

O trabalho avalia a terceira idade como uma categoria social compreendendo uma população socialmente distinta, desenvolvendo-se de acordo com a teoria da ação comunicativa, com a validade ancorando-se na metodologia dialógica. Na obra, a teoria da ação comunicativa é indicada como demonstração de confiança na razão humana, “capaz de avançar no conhecimento e na ética por meio de justificativas e argumentos postos em diálogo” (p.13). Para Both (2000), e conforme será exposto nas próximas sessões, a lógica da razão instrumental orientou as ciências ocidentais, dominando a natureza e o homem, não refletindo sobre as consequências desta dominação.

Jovens e adultos “são referências” no sistema econômico e político e, impelidos por essa lógica de dominação, inibem precocemente o desempenho social e psicológico dos idosos. Desse modo, é colocado o interesse em se escutar o mundo-da-vida, criticando-se as distorções da lógica instrumental.

As suposições desta investigação foram de que os mais velhos podem operar com a realidade, relacionando-se com a natureza, a cultura e a sociedade, selecionando respostas criativas em função da construção de operações e contatos (sabedoria, intimidade); porém, para tanto, necessitam de oportunidades mediadoras (sentido da vida) e de outras virtudes que são promovidas pelas experiências durante e no advento da velhice (BOTH, 2000, p.14).

A história cultural, política e educacional edificou suas teorias de interpretação do ser humano sobre ideias que refletiam a hegemonia do adulto voltado à produção e à reprodução. As instituições consideram, assim, relações de ajustes sociais considerando a brevidade da vida e os interesses da razão instrumental. Com as mudanças demográficas das últimas décadas, que se acentuarão nas próximas, é imperioso uma nova concepção da gestão social

da identidade existencial “por meio de uma periodização significativa da velhice” (p.15). Caso haja interesse em criar condições mínimas de diálogo e emancipação, os esclarecimentos sociais e culturais precisarão atualizar as formas de interpretar a realidade do desenvolvimento e das leis e normas éticas, dando oportunidade à qualidade na quantidade dos anos. A universidade aqui, prestaria o papel da construção da cultura em torno da longevidade em suas três funções, dialogando com a comunidade e as demais instituições. Both (2000, p. 17) descreve sua metodologia:

A metodologia da investigação sobre a identidade existencial na terceira idade e sobre as mediações do Estado e da universidade foi construída através de fontes, categorias referentes, conceituais e substanciais, e de procedimentos de análise de conteúdo. As fontes eram constituídas de texto de autores, textos dos idosos e dos profissionais. As categorias referentes foram suscitadas pela observação e por leituras anteriores e constituídas pela sabedoria, intimidade e sentido na vida, para revelação da identidade existencial e pelo Estado e universidade, para revelação das mediações. As categorias conceituais foram constituídas pelos princípios da *teoria da ação comunicativa* e, por fim, as categorias foram reveladas no processo da investigação a partir das referentes.

O autor justifica a sua escolha de categorias conceituais da teoria ação comunicativa em decorrência de seu projeto emancipador, emancipação esperada quando o conhecimento é integrado ao sentido de justiça e universalidade de seus princípios, para desenvolver a expressividade dos indivíduos.

No Capítulo I – Perspectivas teóricas para a identidade existencial na terceira idade, Both (2000) expõe um conjunto de conhecimentos teóricos acerca da construção do envelhecimento, esclarecendo que é possível atribuir ao idoso um conhecimento não centrado na supervalorização da lógica produtiva, percepção da identidade hegemônica da vida adulta: “o fenômeno do rompimento das fronteiras das dicotomias entre binômios” e “os rompimentos da fronteiras entre culturas nacionais favoreceram interpretações mais flexíveis entre velho/novo” (p.20). Assim, o capítulo visa propor um discurso que gere discontinuidades, pretendendo-se avançar no aperfeiçoamento da identidade e condição humana.

Tendo como referência as pretensões de validade do discurso comunicativo, é afirmado que os idosos necessitam ser revelados, ter suas relações sociais e expressividade melhoradas, dentro de um paradigma comunicativo da verdade, da justiça e da melhor expressão dos indivíduos.

O enfoque dado entende o sujeito como capaz de abrigar vários discursos culturais, muitos realizados inconscientemente, mas passíveis de autorreflexão. As referências culturais, importantes para a construção da identidade, podem determinar o grau de entendimento próprio, mas não capturar o indivíduo de forma determinística, liberando-o para as escolhas que a cultura e a sociedade dispõem. A identidade, sem investimento intelectual e afetivo, vira um processo regressivo. “A proposta, porém, é apresentar a possibilidade de o sujeito e a comunidade que o envolve serem capazes de olhar criticamente a cultura e a sociedade, estabelecendo novos parâmetros de interpretação do desenvolvimento” (p.22).

Após breve teorização sobre identidade, Both (2000) coloca sua pretensão de retirar da percepção pós-moderna sobre a construção das identidades a defesa do direito de cada um construir-se com suas referências culturais. A pós-modernidade, no discurso relacionado aos mais velhos, levanta a possibilidade de a terceira idade tornar-se um espaço humano tão confortável quanto a juventude. A identidade passa a ser uma referência com a qual se

constituem relações de poder: os idosos poderiam assim possuir sua intimidade e por meio de uma política social, encontrar modos de revelar seu desenvolvimento – os mais velhos são também frutos da linguagem histórica.

Os meios de operar a realidade têm seus conteúdos baseado nas referências culturais. Entretanto, isso não separa a compreensão de o sujeito mediado ser capaz de desenvolver estratégia denunciadoras e opções divergentes das originárias de sua cultura. Portanto, o espaço da crítica social e pessoal baseada nos referenciais linguísticos, enseja uma função disciplinadora de vontades distintas das estabelecidas por hegemonias tradicionais da cultura. “O que se propõe é a possibilidade de uma ordem disciplinadora a partir de conhecimentos e políticas discursivamente formulados em contextos variados, os quais respeitem os desejos e as realidades dos interlocutores, sem utopias” (BOTH, 2000, p. 24). Mas é reconhecido: a busca de verdades livres de exclusão é uma tarefa complexa.

O autor reconhece também a importância dos sujeitos, entendendo que a construção de padrões éticos passa pela capacidade de julgamentos descentralizados no próprio sujeito, simultaneamente em que lhe assiste, pela reciprocidade de compreensão uma capacidade de avaliação solidária e universal, que se conquista à medida que as pessoas avançam no poder de organização da realidade. O envelhecimento participante dá oportunidade a habilidades de refletir, e estas capacitam a pessoa a responder ponderadamente às exigências ambientais.

O conceito de identidade existencial assume uma compreensão voltada à experiência cultural e singular do envelhecimento, fundamentado na compreensão construtivista da identidade, assumindo a importância das influências históricas e comunitárias sobre as pessoas, mas ainda consistindo numa interpretação pessoal e generalizável, em um universo particular de discurso, capaz de se sujeitar e ser sujeito de sua história.

Both traz uma suposta crise de exclusão do indivíduo que envelhece, que pode ser acelerada ou tornar-se exitosa de acordo com as oportunidades culturais anteriores e os dispositivos legais e contratuais disponíveis nas instituições. O envelhecimento poderia ser representado assim como um universo de espaços vazios a serem organizados por meio da renovação ética e das políticas de conhecimento – reducionismos conceituais sobre as faixas etárias estabelecem regimes cruéis e, por isso, alguns sinais de envelhecimento levam as pessoas a se afastarem do desenvolvimento.

Há dois duas concepções distintas de a psicologia do desenvolvimento apresentar os conceitos da terceira idade: o modelo deficitário do desenvolvimento, que apresenta uma rigidez de interpretação sobre a dinâmica psicológica, compreendendo que na velhice o ser humano perde suas condições de enfrentamento da realidade, paradigma esse que traz consequências perversas sobre o desenvolvimento pessoal e as relações sociais; e o modelo do desenvolvimento do curso da vida com o advento da psicologia existencial. Este último, abre um espaço para um processo dialético cuja a explicação é mais dependente das intervenções do que de uma fatalidade nomológica: a questão do envelhecimento pode ser compreendida como uma conquista e um tempo de potenciais a serem desenvolvidos.

Citando Vygotsky, Both (2000) coloca a escola como instituição de alavancagem do desenvolvimento. Cabe ao educador fazer questionamentos constantes sobre quais as provocações mediadoras e quais os potenciais de desenvolvimento podem ser despertados/desenvolvidos.

Se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola e as instituições têm um papel essencial na construção do ser psicológico adulto que vive em sociedades escolarizadas “funcionando como um motor de novas conquistas” (KASTENBAUM *apud* BOTH, 2000, p. 42).

Assim, um ponto importante é a compreensão de que o envelhecimento não impede a promoção do desenvolvimento. O questionamento não deve ser se o idoso já atingiu a maturidade ou cumpriu sua função social, mas sim se perguntar qual é o próximo passo de desenvolvimento.

A obra pressupõe ser possível haver formas e objetos sociais a serem construídos e por meio da competência de operar realidades, é possível afastar as referências opressivas ao redor dos idosos. O autor chama de sabedoria aos avanços nas operações formais e intimidade ao modo afetivo de lidar-se com os objetos de cuidados na longevidade.

Com as categorias sabedoria e intimidade, Both (2000) traz uma proposta de modelo da construção de ambas, mas já destacando que todo modelo não é capaz de esgotar o conjunto de variáveis intervenientes e a forma das interações do envelhecimento, que implica em “variáveis biológicas, psicológicas e sociais, e as suas funções interagem solidariamente” (p.54). É um fenômeno complexo que exige uma revisão de todas as instituições.

A terceira categoria referente identificada é o sentido da vida. É colocada a possibilidade de as mediações éticas e culturais contribuírem na superação dos limites das privações e das interpretações da razão instrumental e das ciências naturais. O ser humano não se esgota em narrativas puramente biológicas, tampouco nas exclusivamente dadas pela história. Conclui o capítulo afirmando que “o potencial existencial da identidade, identificado com as categorias da *intimidade e sabedoria*, poderá ser objetivado eficazmente em objetos de paixão, os quais, por sua vez, são capazes de promover *um sentido na vida*.”

O Capítulo II intitula-se “Identidade existencial na terceira idade nos proferimentos de idosos”, constituindo-se em um discurso representativo das categorias referentes expostas e buscando-se desvelar categorias substanciais no decorrer da análise de conteúdo do corpo analítico formado pelos depoimentos dos idosos do Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade – Creati, da Universidade de Passo Fundo, recolhidos em testemunhos de vidas, assim como em textos sobre as três categorias referentes.

Ao final do capítulo é demonstrado que a performance comunicativa da pesquisa indicou um caminho para a condição humana com possíveis potenciais a serem revelados, propondo que a construção da identidade pode ser viabilizada em entendimentos, mostrando na prática o paradigma da linguagem solidária como instrumento de construção de um processo de expansão físico, psicológico e social dos mais velhos. Os relatos demonstram uma permanente crítica sobre os aprisionamentos convencionais, nem sempre de acordo com os desejos dos sujeitos idosos – solicitam a emancipação por novos entendimentos. O resumo das categorias obtidas é exposto no Quadro 1

Quadro 1: Síntese da análise sobre categorias referentes.

Referentes	Substanciais
A sabedoria	A individualidade e a sabedoria A operacionalidade da sabedoria A maturidade e a sabedoria
A intimidade	O Encantamento A densidade e a simplicidade A valorização da vida
O sentido na vida	A fé: um sentido absoluto na vida Os lugares do sentido na vida: as instituições

	<p>O sentido na vida: a construção do potencial de desenvolvimento</p> <p>O sentido na vida: produzindo a auto realização</p>
<p>Categorias comuns às referentes</p>	<p>A solidariedade durante o ciclo da vida anterior</p> <p>As aprendizagens anteriores ao envelhecimento: uma categoria condicionadora</p> <p>O chamado para a emancipação: o protesto presente nas categorias referentes</p>

Fonte: Both (2000, p. 94).

O Capítulo III aborda a gestão social do envelhecimento com base em sua identidade existencial, pretendendo tirar das colocações teóricas e práticas anteriores proposições de ações que orientem pessoas interessadas com a gestão social dos idosos. Além das inúmeras ações consideradas em relação a cada categoria, um parágrafo transmite a ideia principal do capítulo:

A longevidade das populações transformou o perfil demográfico, a concepção institucional e a condição humana, significando novas referências nas relações de poder. As categorias de desenvolvimento demonstram que é possível a conquista de níveis de competência diferenciados nas formas de operar a realidade, as quais suscitam ajustes nas relações sociais e interpessoais para a obtenção do benefício adequado à nova expressão humana. A gestão social das idades não pode lidar convenientemente com a realidade do envelhecimento se não ajustar os meios para a periodização ser ressignificada. A tarefa compreende a flexibilidade das mediações da família, da escola, das empresas e do poder público. O Estado e a sociedade civil possuem interlocutores com exigências próprias e, enquanto não se tomar a palavra dos falantes com seus desejos, labora-se autoritariamente (BOTH, 2000, p. 105).

No Capítulo IV, trabalha-se com “Mediações do Estado e da universidade em face da longevidade: considerações teóricas” (p. 115), considerando que Estado e universidade podem atentar-se a promover por meio de leis, políticas e conquistas do conhecimento, oportunidades de acesso a um perfil mais almejado pelas pessoas ao envelhecer. O potencial de desenvolvimento pode ser ampliado pela moral e por meio das interpretações culturais.

Tais atores são descritos como mediadores qualificados para as proposições de uma identidade humana que quebre com formas tradicionais de entendimento sobre o desenvolvimento. Como no presente trabalho, o enfoque é a universidade, enfatizarei as partes colocadas pelo autor sobre o papel desta instituição.

A universidade pode ser um espaço mediador entre as decisões públicas e as exigências privadas. Nesta perspectiva e nas referências da terceira idade, a instituição pode constituir conhecimentos, não apenas corporificando em suas investigações os dados constituidores da realidade imposta pelo sistema. “Somente estudos e costumes podem revelar o potencial de emancipação existente nos propósitos de as comunidades terem no Estado e em si mesmas espaços constituidores de uma expressiva identidade no advento da longevidade” (BOTH, 2000, p. 123). Por essa razão é adequada a ideia de a universidade instituir-se como espaço social expressivo para o potencial emancipador a ser construído.

É destacada a importância da participação do idoso nas associações: estes, enquanto indivíduos e organizados em associações, constituem o primeiro espaço de concretização de conhecimento e da ética.

No inciso III do artigo 10 da lei 8.842, são atribuídas competências ao Ministério da Educação, articulado com as diversas esferas do Estado, na reformulação de propósitos educacionais formais e informais por meio de:

- adequação curricular, metodologias e material didático destinado à longevidade;
- inserção nos currículos mínimos, nos diversos graus de ensino, de conteúdos voltados ao progresso do envelhecimento, de forma a serem eliminados preconceitos e produzidos conhecimentos;
- desenvolvimento de programas educativos em multimídia;
- apoio à *criação de universidade aberta para a terceira idade como meio de universalizar o acesso às diferentes formas de saber*³;
- inclusão de disciplinas de gerontologia e geriatria nos diversos cursos superiores para possibilitar a construção de conhecimentos e a sua divulgação na universidade e fora dela, por meio de atividades de extensão (BOTH, 2000, p.130)

Tais conquistas só serão efetivas se a sociedade civil estiver democratizado a ponto de realizar os discursos no interior das instituições e realmente cobrar do Estado a realização de sua parte. Além disso, em entrevistas com especialistas em gerontologias, o autor identificou relatos de que as políticas seriam mais efetivas se os recursos fossem distribuídos em uma dimensão mais local, aos que realmente têm contato com projetos e demandas dos idosos.

É também realizado um apelo para uma universidade cidadã, na qual os grupos comunicativos em diferentes áreas de conhecimento possam estabelecer distintos conteúdos de esclarecimento sobre a questão do idoso. Para tanto, a instituição deve largar seu “suposto” perfil de construtora de uma ciência neutra, assumindo tarefas políticas; “sua identidade, portanto, emerge do jogo hermenêutico de parceiros internos e externos a ela” (p.132).

À medida que assume uma posição comunicativa da adequação da ciência à realidade biopsicossocial dos idosos, a universidade pode ser analisada sob distintos aspectos:

- a) Como parceira, educadora e ampliadora do capital cultural relativo à longevidade, da qualidade de vida e das tecnologias;
- b) Como espaço interno e potencial externo de comunicação, responsáveis pela efetiva história da longevidade.

No Capítulo V, chamado “O Estado e a universidade nos proferimentos de gerontólogos”, Both (2000) entrevistou três especialistas. Ao final, ele expõe um quadro, aqui resumido no Quadro 2, apenas com os referentes que incluem a universidade.

Quadro 2: Síntese da análise sobre as categorias

Categorias Referentes	Categorias substanciais
A universidade	A universidade democrática e cidadã Uma universidade responsável Uma universidade crítica Uma universidade parceira
Categorias comuns ao Estado e à universidade	As mediações fundamentais A renovação conceitual e atitudinal

Fonte: Adaptado de Both (2000).

³ Grifo do autor.

O último capítulo traz “A gestão social da identidade existencial na terceira idade com base nas mediações do Estado e da universidade”. São trazidas inúmeras propostas, finalizando um quadro resumo, cujas proposições feitas à universidade são sintetizadas no Quadro 3.

Quadro 3: Síntese das proposições formuladas à universidade com vistas à gestão social do envelhecimento.

Proposições com base	
Nas perspectivas teóricas da universidade	Para uma universidade aberta à gestão cultural do envelhecimento e da velhice Para uma universidade em parceria Para uma universidade responsável pela capacitação de recursos humanos Para uma universidade crítica
Nas categorias substanciais da universidade	Para uma universidade voltada para o mundo-da-vida Para uma universidade preocupada com a periodização qualificada da velhice
Nas categorias substanciais comuns ao Estado e à universidade	Para a construção de laços do Estado e da universidade com as instituições de base Para a periodização conjunta da velhice

Fonte: Adaptado de Both (2000).

5. A TERCEIRA IDADE NA UNIVERSIDADE: RELACIONAMENTO ENTRE GERAÇÕES NO 3º MILÊNIO

No primeiro capítulo Frutuoso (1999) aborda o envelhecimento em questão, apontando alguns estudos sobre o envelhecer. Cita o trabalho de Debert, que aborda duas perspectivas para o entendimento da problemática do idoso, semelhantes aos dois modelos colocados por Both (2000). Uma abordagem caracteriza o idoso “como fonte de miséria”, que considera os idosos como uma minoria desprivilegiada, e a perspectiva mais recente, que o trata como “fonte de recursos”, apresentando o idoso como ativo e criativo, respondendo positivamente às mudanças sociais que redefinem o envelhecer. Desta abordagem surgiram os novos enfoques na sociabilidade e lazer, renovando identidades anteriores e redefinindo as relações sociais.

Frutuoso (1999) traz também a negação do envelhecer como uma questão evidente nos dias atuais, compreensível em uma sociedade que valoriza excessivamente a juventude – se por um lado, há um aumento da longevidade, por outro, há um tabu em relação à idade. Isso prejudica a plenitude de vida possível aos idosos.

A autora escreve a obra em um tom pessoal, utilizando a primeira pessoa do singular. Para ela, são poucas as pesquisas das representações da velhice segundo os idosos, e lhe preocupa tanto a visão romântica, quanto a alienada que trata tal segmento populacional. Assim, constrói sua obra abordando além da questão demográfica, a problemática das relações entre a sociedade e o processos de envelhecimento, enfatizando aspectos sócio históricos e culturais-ideológicos. Sobre representações sociais, explica que tratam-se da concepção que as pessoas fazem da realidade, não necessariamente conscientes, que transcorrem “o conjunto da sociedade ou de determinado grupo social, como algo anterior e habitual, que se reproduz a partir das estruturas e das próprias categorias de pensamento do coletivo ou dos grupos” (MINAYO *apud* FRUTUOSO, 1999, p. 18).

Para captar representações sociais, a palavra, a conversação e as formas cotidianas de comunicação são o melhor instrumento. É importante que o pesquisador ouça os entrevistados sem modelos rígidos de interpretação, levando em consideração as variantes socioculturais. O trabalho de Frutuoso (1999, p. 20) questionou “no que concerne às representações sociais dos idosos sobre a velhice e outros aspectos relativos a seu envolvimento em uma Universidade de Terceira Idade? E qual a influência de tal evento em suas vidas?”

Foram entrevistados alunos participantes da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ).

No Capítulo II é abordado “o envelhecimento em estudo”, inicialmente, em seus aspectos demográficos, mostrando projeções para 2025: o Brasil abrigará a sexta maior população idosa do mundo. Depois, é abordada a legislação de amparo ao idoso, com as conquistas obtidas na Constituição Federal de 1988, na qual foi instituído que os filhos maiores têm o dever de auxiliar os pais na velhice, carência e doença; e que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de ajudar os idosos, garantindo sua participação na comunidade, sua dignidade, bem-estar e direito à vida. A autora aponta como um avanço a Lei 8842 de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso. Desta lei, ela destacou a mesma parte já transcrita por Both (2000, p.130), sobre os aspectos relacionados à educação. Ressalta a importância da mobilização da sociedade para a formulação de propostas mais consistentes e fiscalização das atuais.

O Terceiro capítulo traz a criação do termo “Terceira Idade”, relacionado a uma nova divisão etária, com conotações de realizações pessoais: além da aposentadoria, as pessoas encontrariam possibilidades de agir por si mesmas, com boa saúde.

Das transformações que ocorreram nas sociedades capitalistas que permitiram a emergência da terceira idade, por um lado, destacam-se a solidão e a marginalidade como dramas da velhice, e por outro lado, um novo mercado de consumo envolvendo atividades criadas para os idosos, e que proporciona novas oportunidades aos jovens.

A teoria adotada pela autora afirma que antes da industrialização, atribuía-se grande valor a velhice, mas depois, surgiu a tendência de deixar o ser humano em segundo plano, priorizando o critério de produtividade, que descartou os mais velhos, pouco rentáveis ao modelo de sociedade que emergia. Há entretanto, mudanças graduais em relação à representação social da velhice. O medo e a negação do envelhecimento começam a ceder, decorrentes da lenta erosão dos preconceitos da cultura moderna.

A aposentadoria é colocada como uma faca de dois gumes, sendo que o nível de qualidade de vida nesta fase é dependente de fatores individuais, como saúde, temperamento e os próprios interesses; e coletivos, como elementos sociais, culturais e econômicos. Frutuoso (1999) cita a pesquisa de Lamb, que constatou que idosos ativos apresentam consciências pouco fragmentadas, sendo necessário que o idoso mantenha atividades produtivas e criativas, considerando o desenvolvimento da consciência crítica e da própria identidade.

A autora aponta estudos que refletem os efeitos do processo educacional, normalmente castrador de tendências individuais, ao forçar o exercício rotineiro dos professores, reduzir o tempo livre, reduzindo as aspirações. Em contrapartida, pensa nas UnTIs como um momento para aflorar as potencialidades, fazendo surgir opções reais de vida nesta etapa. Opondo-se ao estereótipo de desvalorização do idoso, Vellas, o criador deste movimento, defende ser possível e necessário devolver aos membros da UnTI a autoconfiança, assim como o dinamismo físico e mental, apresentando um dos espaços sociais de reintegração dos idosos no mundo da vida e o contato com os jovens. Mas ainda é preciso que a sociedade mude sua representação e relação com a velhice. Dessa forma, defende a ideia de que todas as

instituições sociais podem contribuir para que a velhice seja uma experiência menos traumática e discriminatória. Seja pela ação ou pela omissão, mesmo que inconscientemente, todos desempenham papéis que ajudam a construir, no imaginário social, determinada representação sobre a velhice.

Numa perspectiva crítica, traz autores como Debert e Neri, que apontam a própria gerontologia como importadora de mitos e preconceitos, não sendo tão trágica a representação dos idosos sobre seu processo de envelhecimento.

No quarto capítulo, é trazida “A Universidade da Terceira Idade”, com breve histórico de seu panorama mundial e nacional, e posteriormente, sobre a UnATI/UERJ, local de realização do levantamento dos dados primários.

Frutuoso (1999) descreve o caminho realizado pelo Professor de Direito Internacional Pierre Vellas, antes de fundar a primeira UnTI em Toulouse, França. Foram pesquisados os programas gerontológicos e geriátricos desenvolvidos em universidades europeias e norte-americanas, onde concluiu-se que os mesmos existiam apenas em umas poucas faculdades de medicina. Depois, informou-se sobre o que estava sendo feito a respeito do envelhecimento pela OMS, pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Conselho da Europa e pela Comunidade Econômica Europeia – novamente, resultados muito modestos. O trabalho de recenseamento e documentação foi intenso. Depois, ainda visitou asilos e similares, entrevistando idosos e dirigentes para conscientizar-se ainda mais sobre o envelhecimento. Então, em 15 de maio de 1973 foi inaugurada a UnTI, que para decepção de Vellas, contou com apenas com aproximadamente 40 pessoas.

Vellas então buscou inovações, a integração entre gerações através de concertos antes das conferências semanais. Também buscou a mídia para divulgação. Resultado: mil inscrições no semestre seguinte, e a novidade divulgada para toda a França e vários países.

O nome “Universidade da Terceira Idade” faz analogia a universidade medieval, na qual as aulas eram conferências procuradas pelas pessoas interessadas. Surgida na segunda metade do Século XX, a UnTI também oferece por meio de conferências e similares, acesso ao saber aos idosos – o campus abre as portas aos que desejam atualizar seus conhecimentos, na maioria das vezes sem exigências de escolaridade formal anterior.

Apesar da designação de universidade, tais instituições eram administrativamente caracterizadas como atividades de extensão e aperfeiçoamento, o que, em alguns casos, perdura até hoje. Mas ao longo do tempo, foram desenvolvidos programas variados em relação a modalidades, formas de estrutura e funcionamento. Como exemplo, a autora cita que, por causa de sua grande popularidade, algumas UnTIs europeias permitiram o ingresso de alunos a partir dos 45 anos, que soubessem, pelo menos, ler e escrever. Outras, optaram por atender apenas pessoas com mais de 60 anos, com qualquer escolaridade. Diversas UnTIs da Europa surgiram de universidades convencionais, integrando-se totalmente às mesmas. Outras, só mantêm relações de pesquisa, de colaboração científica, de ensino e de ação social.

Citando Lemieux, Frutuoso (1999) apresenta em três gerações, relativas a tendência dominante das UnTIs em seu processo evolutivo. Na primeira geração, nos anos 60, apresentava um modelo de serviço educativo. Na segunda geração, nos anos 70, centrou-se no conceito de participação e desenvolvimento de experiências dos idosos, preparando-os para interferir nos problemas sociais, preocupação mantida até hoje. À essa preocupação, soma-se o enfoque da terceira geração, nos anos 80, engajada em elaborar uma programação aos idosos que se aposentarão mais cedo e com maior escolaridade. A autora acrescenta uma quarta tendência, do final dos anos 90 – uma universidade voltada para o atendimento intergeracional na universidade do Século XXI.

Apesar de afirmar que as UnTIs no Brasil foram implantadas somente na década de 90, a autora relata a criação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina (NETI/UFSC) já em 1982. De qualquer forma, ao final da década de noventa, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) já computava mais de 100 instituições do tipo no país.

O Capítulo V entra em maiores detalhes na UnATI/UERJ, trazendo um breve histórico, contextos, informações gerais, a expectativa dos seus alunos, agrupada em necessidade de atualização de conhecimentos, busca de novas aprendizagens ou até para compensar a falta de oportunidades em outros momentos da vida. Em todos os casos, os alunos se mostram muito interessados pelas atividades, expondo de forma clara a preocupação dos idosos com o processos de crescimento contínuo e abertura para o mundo, diferente do que muitos associam a pessoas desta faixa etária. Ainda em relação a expectativas, vale destacar que muitos viam a universidade como algo distante. Mediante respostas das entrevistas, Frutuoso (1999, p.102) infere que “a universidade continua a ser representada socialmente como o velho ‘templo do conhecimento’, pouco acessível e restrito a uma elite”.

No subtítulo “as repercussões da participação nas suas atividades”, a autora identificou que para alguns idosos, a UnATI pode tornar-se sua vida, à medida que fornece um espaço para o reconhecimento e expressão das potencialidades. É relatado também o rejuvenescimento associado à perspectiva de programar e redirecionar o uso do próprio tempo, administrar a própria vida; a possibilidade de preservação ou recuperação da saúde; a definição de projetos de vida, com indicadores de amadurecimento não apenas intelectual, mas também sócio afetivo. Um reflexo de tudo isso é a recuperação da autoestima, da autoimagem e da sensação de que viver vale a pena.

Ainda foi colocado a descoberta de talentos/habilidades, a possibilidade de sentir-se útil e realizar sonhos antigos. É evidente a visão positiva dos entrevistados em relação ao seu envolvimento em atividades da UnATI/UERJ.

Em relação às reações da família e dos amigos dos alunos entrevistados quanto a sua participação no programa, os dados são muito díspares, variando em cada entrevistado. Diferentes situações e representações de família são apresentadas. O fato é que crer nas potencialidades do idoso, abrir espaço para sua criatividade, estimular suas iniciativas, apoiando-o trará a ele a confiança imprescindível à reestruturação da própria vida.

Ainda em relação a tais laços, é ressaltada a complexidade das perdas que acompanham o envelhecimento – “a própria vida social encarrega-se de mostrar ao idoso a proximidade da morte. Isso porque, cada vez menos, ele encontra, em seu ambiente, pessoas de sua faixa etária” (FRUTUOSO, 1999, p. 128). Isso traz duas consequências: a percepção de que a morte pode estar próxima; e que a solidão é um “componente social quase inexorável” da velhice, sendo o sentimento mais forte na descrição da velhice (BARRETO *apud* FRUTUOSO, 1999). Para evitar esse destino são antídotos a companhia e a amizade. A autora também aborda o retorno da sexualidade entre os alunos, assunto considerado tabu, sobretudo entre os mais velhos.

Ao finalizar o capítulo, contrapõe dois extremos: o antes da UnATI/UERJ, com ênfase em doença, depressão e ociosidade; e o depois, com possibilidades de convívio, abrangendo a sexualidade, rejuvenescimento e utilizar o tempo de modo mais interessante e dinâmico.

Em seu último capítulo, de comentários e considerações, Frutuoso (1999) analisa que os dados coletados referentes a representações dos idosos em relação à experiência de envelhecer mostram aspectos contraditórios, que convidam à reflexão. De um lado, persistem sentimentos de solidão, certo abandono, receio da proximidade da morte e outras carências.

Nesta perspectiva, foram encontrados fatores sócio-econômico-ideológicos e culturais como elementos que parecem contribuir na exclusão do idoso. Por outro lado, a autora identificou nas mesmas pessoas evidências de um esforço de resistência ao preconceito e à reprodução da ideologia depreciativa da velhice, atitude de mobilização que pareceu reforçada pelo convívio e solidariedade com os iguais, buscando encontrar estratégias de enfrentamento e superação dos obstáculos socialmente produzidos.

A autora aponta para a necessidade de se examinar mais profundamente a questão do envelhecimento sob suas múltiplas perspectivas, sugerindo, por exemplo, um estudo sobre questões de resistências. Assim, presume que se obterá “pistas” importantes para fundamentar a criação e o desenvolvimento de programas educativos, UnTIs e o trabalho de profissionais da área. Neste sentido, alerta sobre o equívoco ou o viés ideológico, subjacente a propostas que evidenciem o assistencialismo em suas diferentes instancias como resolução dos problemas do idoso.

Diante deste ponto de vista, a autora admite ser até perverso conferir à educação escolar-institucional uma função mágico-mítica como elemento único ou principal de solução de qualquer problema, incluindo o dos idosos.

Pesquisadores e educadores precisam de um lado, buscar revelar, no currículo escolar em todos os níveis, “mecanismos de reprodução-resistência ideológica em relação ao idoso e por outro lado, desenvolver experiências pioneiras que procurem reverter esse processo” (FRUTUOSO, 1999, p. 145). Na Universidade existem lacunas importantes tanto nos cursos de formação de educadores, quanto no âmbito das Ciências Humanas e das Tecnológicas. Não se pode ignorar em nenhuma área de formação que o envelhecimento é um fenômeno atual.

Sobre a UnTI, a pesquisa parece confirmar as suposições de Vellas, fundador do movimento, em relação aos efeitos positivos dessa modalidade de ação na vida dos idosos. Cita os estudos de Veras também feitos na UnATI/UERJ em 1995, em relação à mudança de atitude dos idosos frequentadores, à medida que estes descobrem metas de vidas, convivendo com o meio acadêmico e com outras pessoas que enfrentam situações similares a suas, e principalmente ao encontrar uma referência institucional coerente com suas expectativas, necessidades e interesses.

Um espaço para participação se constituirá, entre outros, um impulsionador do processo de conscientização dos idosos para o exercício da cidadania, talvez uma das principais tarefa da universidade em geral e das UnTIs em particular – em consonância com o respeito à participação autêntica do idoso na compreensão de sua problemática.

Finalmente, conclui que em um contexto social excludente e discriminatório em relação às minorias, é ingênuo colocar qualquer programa ou instituição como uma panaceia, que englobe uma espetacular alternativa de solução. A UnTI é uma alternativa se encaminhada de forma crítica e coerente com os pressupostos de que a o idoso é um sujeito de direito. Finaliza com a necessidade do trabalho articulado com outras instituições e instâncias sociais, procurando a formulação e o desenvolvimento de um projeto coletivo de mudanças sociais, Internamente, a instituição universitária precisa superar os nichos e a fragmentação dos estudos e práticas, pois a questão do envelhecimento é complexa e requer um enfoque multidisciplinar e integrado. É um empreendimento que cabe a todos nós.

Contextualizadas a revolução demográfica, a terceira idade e a universidade e sobretudo, as duas obras de referência, aborda-se agora a fundamentação em epistemologia. Nesta segunda etapa, apresenta-se a seguinte estrutura: epistemologia e o conceito de paradigma; bases da ciência na modernidade; utilitarismo, positivismo e neopositivismo; funcionalismo; abordagem sistêmica; noções de dialética; e paradigma da complexidade.

6. EPISTEMOLOGIA E O CONCEITO DE PARADIGMA

Para Japiassu (1991, p.16) a epistemologia em sentido amplo pode ser considerada como o “estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais”. É essencialmente, “o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências” (p.25), visando determinar a origem lógica das ciências, seu valor e seu alcance objetivos. Assim, a epistemologia nasce na filosofia para realizar o estudo crítico dos saberes em geral e da ciência em particular.

Kuhn (1987) no posfácio de 1969 defende seu conceito de paradigma dentro da ciência. Assim, declara-se abertamente: a ciência tem seus interesses. Uma de suas definições para paradigma pode ser compreendida como uma matriz disciplinar, universalmente conhecida, envolvendo: generalizações simbólicas; compromissos coletivos; valores comuns; e exemplos compartilhados, analogias levando a procedimentos e habilidades. Assim, os membros de uma comunidade científica têm uma iniciação profissional comum e compartilham de um mesmo paradigma receberam uma educação similar (por exemplo: literatura técnica, comunicação ampla, julgamentos unânimes).

Nas teorias organizacionais, apesar de Burrell e Morgan (1979) apresentarem um quadro detalhado dividindo em quatro paradigmas sociológicos e de análise organizacional, muito replicado nas escolas de administração, sobretudo aquelas que seguem uma linha mais anglo-saxônica, há uma divisão mais simples, que assume dois paradigmas: o crítico e o funcionalista, e dentro de cada um destes, há diversas correntes internas, algumas até que lutam entre si.

6.1 Bases da Ciência na Modernidade

O Renascimento foi uma época de grande renovação cultural na Europa nos Séculos XV e XVI, com mudanças na literatura, artes, filosofia, ciências, bem como nas esferas econômicas e sociais, com o início do capitalismo, a descoberta de novas terras, trazendo novos questionamentos, tanto para a religião, quanto para a ciência e para a filosofia: buscavam-se novas verdades além da religião. Nesta época surgem ideias que vão influenciar até os dias atuais a ciência em duas vertentes: de um lado, Bacon (1979) com a essência do empirismo (experimentação, indução); e do outro, Descartes (1979), com o racionalismo (razão, dedução), abstraindo o que se vê, por princípios matemáticos.

Bacon (1979, p. 5 e 6.) apresenta um método em que “consiste no estabelecer os graus de certeza, determinar o alcance exato dos sentidos e rejeitar, na maior parte dos casos, o labor da mente”, falando na vitória sobre a natureza pela ação. Considera a natureza complexa e para trabalhá-la com êxito é necessário instrumentos adequados – o homem é ministro da natureza: a melhor demonstração é a experiência, atendo-se rigorosamente ao experimento e ampliando a investigação até as coisas mais gerais – é importante reunir muitos experimentos para descobrir causas e axiomas, registrando-os. Bacon traz a exigência de rigor nos experimentos, e a hipótese tem papel fundamental em seu método indutivo. Assim, a ciência passa a ser algo sistemático, demonstrando cuidadosamente seus passos, diferente do dogma.

Descartes (1979) enfatiza desde o início o individualismo - uma pessoa pode fazer um trabalho melhor do que um grupo acumulando opiniões variadas, desde que utilizado o bom senso guiado apenas pela razão. Entretanto, não seria razoável reformar todo o conhecimento

já estabelecido, mas retirar a confiança das opiniões até então concebidas, para ou substituí-las por opiniões melhores, ou ajustá-las “ao nível da razão” (p.35). Assim, propõe um método para obtenção do conhecimento, com quatro preceitos: evitar a precipitação e a prevenção, assumindo como verdade só o que se tem certeza; decompor as questões em parcelas; estabelecer uma ordem do mais simples ao mais complexo; e sempre fazer enumerações completas e revisões gerais.

As ciências foram estruturando-se como Descartes previra, se compartimentalizando cada vez mais. As ideias de Bacon também foram aceitas, pois grande parte das ciências fez uma distinção homem/natureza. A luta entre empiristas e racionalistas permaneceu, mas a ciência se estabeleceu. E destas duas correntes filosóficas, já no Século XVIII surge o criticismo fundado por Kant, segundo Padovani e Castagnola (1990).

Fazendo uma síntese filosófica, Kant tenta unificar as duas tradições, criticando ambas como vertentes isoladas, colocando que a ciência moderna deveria unir teoria e experimentação, sendo ambas necessárias. Fala também sobre a moral, que deveria estar relacionada à prática. A metáfora do pondo de encontro do “X” é atribuída a seu trabalho: a partir de sua tentativa de unificação científica, após seu trabalho, novamente surgem desdobramentos para dois lados distintos: o positivismo, derivado de um ideal empirista dos ingleses (corrente da qual a administração em grande parte surgirá); e o idealismo, sobretudo na Alemanha.

No Século XX, Santos (1988) faz “um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna”, criticando o modelo hegemônico que dominou as ciências nos últimos séculos, que vem sendo questionado pelos fatos e descobertas deste século. O autor afirma estarmos em um período de transição, no fim da hegemonia de uma ordem científica cujo modelo de racionalidade foi desenvolvido no domínio das ciências naturais. Duas concepções de ciências sociais apresentam-se como antagônicas: a positivista, que predominou até então; e a que vem conquistando espaço, uma vertente fenomenológica. Ambas, entretanto, assumem a dicotomia homem/natureza, que deve ser repensada. Especula-se sobre o paradigma emergente - a natureza desta revolução científica é diferente da do Século XVI. “Uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência” (p.60), o novo paradigma não será apenas científico, mas social, no qual a dicotomia entre ciências sociais e naturais perde o sentido; se considera todo o conhecimento como local e total; todo conhecimento é autoconhecimento e a distinção sujeito/objeto é questionável; e todo o conhecimento científico visa constituir-se em um novo senso comum: há diálogo entre esses conhecimentos. Nesta fase de transição, a insegurança que se deve exercer traduzida em prudência, resulta que a reflexão epistemológica sobre o novo paradigma é mais avançada que a prática científica.

6.2 Utilitarismo, Positivismo e Neopositivismo

O utilitarismo que nasceu na Inglaterra e se espalhou pelo mundo é uma base importantíssima para a administração, bem individualista. No Século XIX Bentham (1979) escreve sobre o princípio da utilidade: o gênero humano está sobre o domínio do prazer e da dor, fundamentos do sistema, o qual o objetivo é construir o edifício da felicidade através da razão e da lei. A soma dos interesses dos membros de uma comunidade corresponderia ao interesse desta comunidade, sendo importante a noção do interesse do indivíduo: aumentar a soma total de seus prazeres e/ou diminuir a soma de suas dores. Uma ação praticada dentro

deste princípio é reta, não havendo argumentação que se sustente para validar outros princípios senão este.

Do empirismo de Bacon, brota o positivismo, com a diferença de que o último compreende a evolução pela seleção natural e assim, o progresso. Tem concepções morais hedonistas e utilitárias, e dará as bases para a arquitetura geral das ciências dominantes em todas as suas vertentes. Padovani e Castagnola (1990, p. 429) resumem suas características: defender o absoluto do fenômeno, mas limitando-se à experiência imediata, da qual vem sua “pobreza filosófica, mas também seu maior valor como descrição e análise objetiva da experiência”. É resultado também do grande progresso das ciências naturais no Século XIX e estende-se, tentando aplicar tais métodos à filosofia. Experiência, fatos positivos e dados sensíveis são as fontes de conhecimento e critério de verdade, reduzindo a filosofia à metodologia e à sistematização das ciências. Apesar de a França ter o primeiro pensador positivista – Augusto Comte – é na Inglaterra, que será seu primado especulativo, crítico, com João Stuart Mill.

Em Viena, um grupo de homens cultos se reuniu com um denominador comum: “a rejeição da metafísica” (DORTIER, 2000, p. 02). Em 1929, redigiu um manifesto cuja ideia é que apenas a ciência pode fazer progredir os conhecimentos, admitindo como conhecimentos científicos: proposições lógicas e matemáticas, não ligadas à experiência; e proposições empíricas, baseadas nos fatos, devendo ser submetidas a rigorosos critérios de verificação. O líder do grupo designado como Círculo de Viena era o filósofo Moritz Schlick, que afirmara que um enunciado só tem um sentido se for verificável (SCHLICK, 1980). Karl Popper, que gravitou a redor do grupo, é considerado o fundador do neopositivismo. Defendia a ideia de provas e progresso científico, mas para ele as teorias científicas poderiam ser sustentadas apenas temporariamente: defende o critério da falseabilidade, admitindo um sistema como empírico somente se for suscetível de ser testado pela experiência - “deve ser possível refutar pela experiência um sistema negativo” (POPPER, 1980, p. 15).

Para Demo (1985), a pesquisa se constrói na confluência do esforço teórico com o empírico, levantando uma hipótese que contrapõe a vertente indutiva empirista do positivismo: “o problema empírico, em última instância e em essência, é um problema teórico” (p. 102), sendo a demissão teórica o grande problema do empirismo.

6.3 Funcionalismo

O Funcionalismo é específico das Ciências Sociais, sendo uma consequência do positivismo e do empirismo. Tido como o grande sistematizador da sociologia, Durkheim (1978) entende como um fato social a maneira de fazer que pode exercer no indivíduo uma coação exterior e “que é geral de uma dada sociedade, tendo ao mesmo tempo, uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (p. 93). Também explanou sobre a função da divisão do trabalho, indagando se há um caráter moral nesta divisão em si e na própria civilização. Refletindo como certas diferenças podem ser complementares, conclui que mais do que aumentar os rendimentos, a divisão do trabalho torna as funções solidárias, consistindo “no estabelecimento de uma ordem social e moral *sui generis*” (p. 30). Deixa claro seu posicionamento de conhecimento científico, ao colocar que as causas só são conhecidas “pelo efeito que produzem, e para melhor determinar sua natureza, a ciência apenas escolhe, entre estes resultados, os mais objetivos e que se prestam melhor para medida” (p. 33).

Evans-Pritchard (1972) destaca Durkheim e Spencer como autores que chamaram a atenção dos antropólogos para a análise funcional. Na segunda década do Século XX, antropólogos trazem com força a estrutura de Durkheim.

Malinowski (1970) fala sobre funcionalismo na abordagem antropológica, tendo os seguintes conceitos: função como a satisfação das necessidades (biológicas ou derivadas); sistemas tendo em cada parte um meio para determinado fim; sistemas sociais organizados em instituições (unidade funcional concreta, observada como um agrupamento social definido). A forma da realidade sociológica é determinada por sua função, existindo três dimensões inter-relacionadas do processo cultural: artefatos, grupos organizados e simbolismo.

Radcliffe-Brown (1973) fundamenta o conceito de função aplicado às sociedades humanas na analogia entre vida orgânica e vida social, definindo-o como o papel desempenhado na vida de todo o organismo. Sua visão funcionalista implica na investigação completa de todos os aspectos da vida social, que se dá pela estrutura (conjunto de relações sociais que permanece no tempo, passado a outras gerações), sendo importante investigar o indivíduo e a maneira como ele se ajusta à social.

Evans-Pritchard (1972) coloca-se como funcionalista, mas critica algumas hipóteses fundamentais ao funcionalismo (evolucionismo e difusionismo). O autor não vê razões válidas nas analogias que comparam um sistema social como um sistema orgânico ou inorgânico. Outro posicionamento é a concepção da importância da história das instituições sociais para o estudo das mesmas, ignorada na concepção funcionalista. Se o passado está contido no presente, como o presente no futuro, é relevante estudar uma sociedade em seu atual estágio, mas também o seu desenvolvimento passado.

Na área dos estudos organizacionais, Séguin e Chanlat (1987) também criticam a concepção “a-histórica” da organização nos estudos funcionalistas, que ao reduzir a história à evolução de variáveis quantificáveis volta-se ao presente, marginalizando os fenômenos de causalidade e mudança que poderiam melhorar a compreensão do que se passa na organização. Para Selznick (1967), a organização deve ser encarada mediante duas visões, diferentes, mas unidas por implicações recíprocas: como uma economia, representando um sistema de relações que aplicam os recursos limitados em busca de eficiências e eficácias; e simultaneamente como uma estrutura social adaptável, como sistemas cooperativos, “estruturas sociais adaptáveis, compostas de indivíduos no processo da interação, subgrupos e relações não convencionais e formais” (p. 42).

6.4 Abordagem Sistêmica

Ao final da primeira metade do Século XX origina-se a cibernética. Nos anos 50 é concebida a arquitetura dos primeiros computadores e neste momento de efervescência entre as ciências e a tecnologia, a teoria dos sistemas ultrapassa a parte mecânica e passa para as Ciências Sociais, com a ideia de uma linguagem que unifique todas as ciências.

Demo (1985) conceitua a abordagem sistêmica como “aparentada” com o funcionalismo, indo além ao tentar enquadrar o dinamismo da sociedade como relevante e considerando a interação com o meio - mas o limite é o próprio sistema, sendo todo o conflito somente interno. Decorre do funcionalismo (função e objetivos que interessam a sociedade) e do estruturalismo (conjunto de partes estruturais que combinadas formam um todo organizado), mas ao contrário deste, privilegia a síntese. A abordagem sistêmica evolui na transposição dos mesmos conceitos em diferentes áreas: modelos similares em meios distintos para uma compreensão global da estrutura. Fala-se de visão global e da isomorfia das leis em

diferentes campos, a “esperança na unidade das ciências” (p. 233). Relaciona a circularidade do sistema a uma metodologia de manutenção do poder e a adaptação isomórfica como uma forma de “apagar tensões”.

Parsons (1967) transpõe a abordagem sistêmica para as Ciências Sociais. A valorização dos sistemas como estruturas organizacionais vem da definição das funções e dos padrões utilizados para exteriorizar os valores institucionais na execução de metas. As organizações são sistemas que fazem parte de um macro sistema: a sociedade. A questão central relaciona-se com os valores que assegurem a integração social.

Buckley (1967) relata como as ciências humanas se apoderaram de modelos da físicos e biológicos para obter um sistema de delineamento social e outros, falando do modelo mecânico, orgânico e de processos, mas dedica parte de sua obra à crítica do modelo de Parsons, taxando-o de pouco consistente em sua estrutura conceitual, destacando seus principais problemas: consideração somente das relações que compõem a estrutura dominante institucionalizada como referência do sistema social de relação; o modelo ampara-se na teleologia, sendo que “termos teleológicos, como ‘imperativo funcional’ são totalmente redundantes, em face de uma definição adequada do sistema” (p.53); mecanismos de controle unilaterais representando a estrutura dominante apenas para adaptar o ator à esta; e dificuldades do modelo para lidar com a mudança social, como se os fatores para tal fossem sempre externos, apesar de declarar admitir mudanças endógenas.

6.5 Noções de Dialética

Não existe uma dialética, mas várias. A origem, se retomarmos o “X de Kant”, está no idealismo (que vem depois do racionalismo de Descartes), que floresce, sobretudo na Alemanha.

Hegel foi um grande idealista e um dos grandes nomes da dialética. Conforme Foulquié (1978), Hegel admitia uma lógica interna nas coisas: as ciências podem ser tratadas dedutivamente. A realidade, como o pensamento, comporta simultaneamente identidade e contradição, sendo a última a raiz de todo o movimento. Dialética é a conciliação dos contrários, e seu processo se assenta na contradição, em três momentos: afirmação (tese), negação (antítese) e negação da negação (síntese). A síntese “ultrapassa a contradição, mas conservando as duas proposições opostas” (p. 51).

O pensamento marxista utilizou-se da dialética opondo-se ao idealismo hegeliano, que segundo Foulquié (1978, p. 54) “rejeita a matéria e só admite o espírito”. Para o materialismo histórico as ideias dependem das condições econômicas – a matéria explica a história. A ciência não é isenta e deve ser orientada para a ação, que condiciona o pensar do homem. Para o materialismo dialético, Hegel estava correto em perceber no mundo o jogo de forças contrárias, entretanto, ao contrário de Hegel, afirma-se que o mundo material existe independentemente de todo o espírito.

Gurvitch (1987, p. 28) aponta “pontos que unem todas as concepções autênticas da dialética”: simultaneidade entre os conjuntos e seus elementos, visando o movimento de uns e outros e entre uns e outros; a dialética enquanto método é sempre negação à medida que nega as leis da lógica formal; em todos os seus aspectos é o abalo das estruturas sociais, combatendo estabilidades artificiais; e consiste em manifestar e enfatizar tensões, contrários e contraditórios. Lefebvre (1983) trabalha a dialética como a lógica concreta, a teoria do conhecimento como história da prática social, fundada sobre a história. O autor estabelece os princípios do método dialético: lei da interação universal; lei do movimento universal; da

unidade dos contraditórios; transformação da quantidade em qualidade; e lei do desenvolvimento em espiral (da superação).

Demo (1985) afirma que para compreensão da dialética é preciso ter em conta os conceitos de historicidade, “o vir-a-ser contínuo das transformações sociais” (p. 145); de processo, não necessariamente atrelado a progresso; mutação social; transcendência, como a possibilidade de superação de dado sistema, revolução; conflito social, pois toda formação social tem “contradições internas suficientes para ser historicamente superável” (p.150); relatividade social.

Nas ciências sociais o paradigma crítico se interessa pelo conflito, mudança, desintegração e dominação. Seis concepções da organização compõem o núcleo do paradigma crítico: sociológica; histórica; dialética, enfatizando as contradições e privilegiando mais os processos do que as estruturas; concepção desmistificadora, não se contentando apenas como o que é dito; concepção “acionalista”, com uma visão de organização como produtos humanos; e visão emancipadora, que liberta, conduzindo a uma maior humanização das organizações (CHANLAT e SÉGUIN, 1987, 1992). Para Benson (1983), como a organização não é uma unidade fixa, sugere-se uma perspectiva crítica na qual as características organizacionais são produtos dos processos de construção social (há relações de poder e muitas contradições).

6.6 O Paradigma da Complexidade

O paradigma da complexidade é aquele que Santos (1988) chamou de paradigma emergente. Enquanto o paradigma dominante prefere atacar as incertezas, privilegiando o *status quo*, cada vez mais se percebe o quanto essa visão é restrita. Além disso, é muito importante debater o significado do que se está produzindo, inclusive na ciência.

Descamps (1991) destaca Serres, para o qual nenhuma disciplina consegue deduzir um saber absoluto e final, e nenhum método é totalmente generalizável. No Século XIX, as coisas tendiam a organizar-se sobre uma lei, mas e chega o Século XX, as descobertas científicas exigiam nova forma de pensar, com maior complexidade. Voltando a Serres, o convite a pensar conjuntamente já vem de séculos anteriores, em diversos autores – aqui se propõe conhecer “com”, e não “contra” um saber anterior. Descamps (1991, p. 102) cita Morin, trazendo a necessidade de a ciência refletir sobre si mesma, sem fazer a disjunção entre sujeito e objeto. Para essa reflexão, a complexidade é central. O autor finaliza trazendo Prigogine e Stengers: por uma teoria das estruturas dissipativas, tenta-se explicar o surgimento de ordens derivadas de desordens.

Prigogine e Stengers (1997, p. 203) relatam o “Fim da Onisciência”, onde se retoma a questão da relação entre o ser e o devir, a permanência e a mudança. As consequências deste fim são: o reencontro com o tempo (múltiplo); a questão de atores e expectadores em duplo papel - a ciência feita por homens e para os homens; um turbilhão na natureza turbulenta, pois as coisas naturais não são pré-determinadas e podem nascer de uma perturbação; uma ciência aberta; a interrogação da ciência e seu necessário reencontro com a filosofia; e a metamorfose das ciências contemporâneas.

Morin (1982) também fala da necessidade de metamorfose nas ciências: o conhecimento avançou tanto, que as limitações colocadas pela concepção clássica já não se sustentam: é preciso ampliar a visão, admitindo a complexidade: pensar em conjunto ordem e desordem, muito além de uma visão determinista. São sugeridos três pontos: trabalhar a incerteza (diálogo com o mundo, autoexame e autocrítica); racionalidade (dialogar com o

irracional); e pensar complexo (certo e incerto, lógico e contraditório e observador na observação).

Para Morin (1996, p. 16) a complexidade não se reduz à complicação e a suposta objetividade da ciência é “produto de um consenso sociocultural e histórico da comunidade/sociedade científica”. Há interesses por trás de investigações e teorias: uma epistemologia complexa pode trazer a consciência dos limites do conhecimento científico. Sobre a teoria das organizações, Morin (1986, p.1) traz a questão da racionalidade, que nesta área está mais para racionalização, onde “o sistema de ideias racionais crê fechar o mundo nele mesmo”. É preciso perceber que a racionalidade excede o racional, não devendo se fechar a uma verdade em um fenômeno investigado.

Serva (1992) também aborda o paradigma da complexidade para a análise organizacional, trazendo como principais conceitos: organização, auto-organização (conceito marcado pela relação entre ordem e desordem), autonomia (definir um sistema por sua coerência interna), e, evento (improvável, aleatório, concreto e histórico). A lógica pluralista deste paradigma pode ser frutífera na análise organizacional. As possibilidades podem ser ampliadas, mas o emprego desta corrente não pode “ser mitificado como panaceia para desvendar todos os mistérios do fenômeno organizacional” (p.34).

7. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OBRAS MEDIANTE OS FUNDAMENTOS DOS CONHECIMENTOS APRESENTADOS

Em primeiro lugar, é importante compreender a trajetória de cada autor, para contextualizar a origem de tais estudos, o que será feito por ordem alfabética.

Agostinho Both é pedagogo graduado pela Universidade de Passo Fundo (1968), especialista em Gerontologia Social pela mesma Universidade (1993), mestre em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1972) e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Sua tese dá título ao livro analisado. Atualmente é professor titular da Universidade de Passo Fundo e Membro de corpo editorial do Caderno Adulto da Universidade Federal de Santa Maria. Atua principalmente nos seguintes temas: Terceira Idade e Identidade existencial (BOTH, 2013).

Dina Frutuoso não possui lattes atualizado, portanto, os dados sobre sua formação são os informados em seu próprio livro, sendo considerados suficientes para este trabalho, visto que estamos analisando a obra de 1999. Frutuoso é doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), defendendo, de acordo com seu livro, em 1996 a primeira tese sobre UnTI do Brasil. Adjunta IV da UFRJ, coordenou por dez anos o Grupo de Desenvolvimento para Conhecimento Pessoal-GDCP. Sua dissertação de Mestrado foi sobre Análise Transacional (1978 / UFRJ). É graduada em Pedagogia e Psicologia pela UFRJ. Recebeu o prêmio de primeiro lugar da SBGG / RJ - 1996 com o tema: Universidade da 3ª Idade: modismo ou necessidade sociocultural?

Assim, percebe-se que ambos são oriundos da educação/pedagogia/ psicologia, que, tal qual a administração, também são campos das Ciências Sociais. Mesmo com essa definição, nos dois livros é ressaltada a importância do enfoque multidisciplinar na abordagem do tema.

Os dois livros falam da necessidade da postura crítica de determinados atores e/ou instituições, mas Both (2000) dá mais ênfase a tal postura crítica e na necessidade de desconstrução da lógica atual. Frutuoso (1999) aborda diversas correntes, mas não aponta ao

final, de forma clara seu posicionamento: qual dos pensamentos é adotado para basear sua obra. Ora é ressaltado a UnTI como algo maravilhoso, expondo até uma figura comparando algo como “antes” e “depois” de tal instituição, e ora colocando sobre a fragilidade de tal discurso, e da necessidade da universidade se repensar, para ser realmente um agente em prol da verdadeira cidadania. Apesar de Both (2000) deixar mais explícito, ambos os autores compreendem que a universidade por si só não é a “salvadora” para resolver determinado problema: ela pode servir de mediadora, mas é necessário um trabalho conjunto com as diversas instâncias sociais, e principalmente, não se pode esquecer do principal – o idoso como sujeito, senão, volta-se ao puro e simples assistencialismo.

Os trabalhos, sobretudo os de Both, podem ser abordados dentro do que Santos (1988) chama de paradigma emergente: um paradigma não apenas científico, mas social, no qual a dicotomia entre ciências sociais e naturais perde o sentido. Both (2000) coloca que a concepção do sujeito não pode ser nem somente biológica, nem apenas histórica. Ele encara que a questão é uma totalidade. Frutuoso fala de uma abordagem integrada da problemática da velhice, mas em seu discurso ainda se fala da abordagem de cada disciplina. Sua concepção integradora não é tão profunda.

Neste paradigma emergente, a distinção sujeito/objeto é questionável. Both (2000) fala do paradigma comunicativo, onde as dicotomias devem ser quebradas. Tanto Both (2000) como Frutuoso (1999) falam da importância do diálogo do conhecimento científico, representado aqui pela universidade com a comunidade e sociedade civil – há diálogo entre os conhecimentos científicos e o senso comum, e o conhecimento científico visa constituir-se em um novo senso comum. A extensão, função muito relacionada às UnTIs, está muito relacionada a essa forma dialógica de fazer ciência, obviamente, se considerada os pressupostos que estão embasando o projeto. Aqui, fala-se das representações sociais e construção de identidades.

Both (2000) deixa claro sua postura contrária ao puro utilitarismo ao denunciar que o paradigma dominante, baseado na racionalidade instrumental, causa exclusão, não sendo a melhor abordagem para trabalhar com o que ele chama de crise do idoso. Por isso, evoca o paradigma comunicativo. Frutuoso (1999) corrobora com a ideia de que fatores utilitários e produtivistas não devem ser a base de todo o conhecimento e das formas de relações das pessoas. Entretanto, a autora não evoca um novo paradigma, e em alguns momentos do texto fala da noção de progresso, e de o trabalho com o idoso apresentar-se como oportunidade aos jovens no mercado de trabalho.

A seleção natural defendida pelo positivismo não faz sentido na ideia de inclusão de minorias e exclusão de preconceitos, e busca de habilidades e potencialidades não necessariamente vinculadas àquelas mais valorizadas pelo sistema, ideias que edificam a concepção original projetada para uma UnTI. Mas justamente para que tais programas cumpram a sua função, eles devem ser adotados dentro de uma perspectiva crítica, não utilitária, e com a participação dos sujeitos.

As duas pesquisas foram construídas a partir de confronto da teoria existente com entrevistas/ observação. Ambos tiveram como principais fontes de dados primários idosos participantes de programas universitários para a Terceira Idade. Both (2000) trabalhou também com entrevista com especialistas em gerontologia. Muitas das perspectivas e conclusões emergiram a partir das falas dos sujeitos, mas Both (2000) deixa mais claro sua postura interpretativa: assim como o autor traz o imperativo de a universidade abandonar sua “pretensão de ciência neutra”, admite que seu discurso de leitura tampouco tem a pretensão de ser isento de valores e de suas posições, assumindo seu papel como um representante da

sociedade civil. Consequentemente, coloca que seu discurso é penetrado pela aspiração de estender os dispositivos favoráveis à identidade existencial na terceira idade.

Séguin e Chanlat (1987) criticam a concepção “a-histórica” da organização nos estudos funcionalistas. Frutuoso (1999), o trabalhar especificamente com as UnTIs, considerou o contexto histórico, fazendo uma busca de suas origens, e depois do contexto brasileiro (admitindo sua dificuldade, devido à ausência de dados organizados) até chegar na instituição de seu trabalho de campo. Both (2000) não trabalha com uma instituição em si, mas enfatiza a importância de conhecer o contexto, até para encontrar lacunas e fazer emergir pequenas resistências, que podem gerar mudanças.

Os livros falam de inter-relações, mas não se podem considera-los apenas dentro da abordagem sistêmica. A questão não é “apagar tensões”, mas pensar nas diversas possibilidades de relações dentro e fora da universidade, para modificações concretas.

Both (2000) fala da dialética entre sociedade civil/Estado e universidade, sendo que os idosos, quando agrupados e conscientes, podem ser representativos dentro da sociedade civil, e mediados pelas instituições, podem conseguir avanços e apoio de outros grupos da sociedade civil. Volto aqui a trazer Demo (1985), falando de ter em conta os conceitos de historicidade, “o vir a ser contínuo das transformações sociais” (p.145), a transcendência, com a possibilidade de superação de dado sistema. Frutuoso (1999, p.143) apesar de não falar de dialética, em suas conclusões apresenta que “nas representações de idosos quanto à sua experiência de envelhecer indicam aspectos contraditórios merecedores de nossa reflexão”, mostrando uma atitude de mobilização para superação de obstáculos sociais, e culminando com a sugestão de estudos sobre a questão de resistências.

Sendo os trabalhos representantes das ciências sociais, a descrição do paradigma crítico de Chanlat e Séguin (1987, 1992) se enquadraria bem para a obra de Both (2000), e em parte para a obra de Frutuoso, que chega a falar de conflito e mudança, mas de forma bem mais amena, uma mudança de consciência sobre um fato, mas sem proposição de mudança do atual sistema vigente. São seis as concepções da organização compõem o núcleo do paradigma crítico de Chanlat e Séguin (1987, 1992), sendo que mesmo não trabalhando com uma organização em específico, Both (2000) aponta mais de uma vez quatro destas concepções em sua obra. São elas: histórica; dialética, enfatizando as contradições e privilegiando mais os processos do que as estruturas; concepção desmistificadora, não se contentando apenas como o que é dito; e visão emancipadora, que liberta, conduzindo a uma maior humanização das organizações.

Por fim, paradigma emergente, paradigma crítico e paradigma da complexidade são formas de nomear a visão crítica das ciências sociais, não funcionalista. Dessa forma, Both (2000) e Frutuoso (1999) categorizam o tema envelhecimento como complexo, e trazem a ideia colocada por Serres (*apud* Decamps, 1991) de pensar conjuntamente. Os idosos e os pesquisadores atuam como o que Prigogine e Stengers (1997) chamam de atores e expectadores em um duplo papel.

As tensões e contradições expostas no decorrer dos textos e das conclusões, sustentam as colocações de Morin (1992, 1996) sobre a necessidade de ampliar visão, admitindo a complexidade, pensando conjuntamente ordem e desordem, com consciência dos limites científicos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise evidencia que as relações da universidade com a Terceira Idade são complexas e trazem inúmeras possibilidades. A “abordagem pluralista” do paradigma da complexidade não pode “ser mitificado como panaceia para desvendar todos os mistérios do fenômeno organizacional” (SERVA, 1992, p.34), mas parece ser uma lógica que abrangerá melhor o fenômeno, no caso um administrador também querer contribuir com essa área tão interdisciplinar.

Por ser uma área ainda não bem delimitada e muito interdisciplinar, além das obras não estarem diretamente relacionadas com administração, não será desenvolvido um estudo detalhado sobre o campo.

Para buscar maiores referências sobre o tema, encerro o presente trabalho apresentando no Quadro 4 os autores referenciados em comum nas duas obras analisadas, bem como a área de formação de tais autores.

Quadro 4: Formação dos autores citados tanto por Both (2000) quanto por Frutuoso (1999)

Autores	Áreas de graduação/pós-graduação/ instituições
Anita Liberalesso Neri	Pedagogia e Psicologia (USP)
Dino Preti	Letras Clássicas - Licenciatura/Filologia e Língua Portuguesa (USP)
Eclea Bosì	Psicologia/Psicologia Social (USP)
Erik H. Erikson (1902/1994)	Psiquiatria. Viena, Harvard, Berkeley e Yale
Guita Grin Debert	Ciências Sociais/ Ciência Política (USP). Departamento de Antropologia, Universidade da Califórnia, Berkeley
Maria L. Guidi	Psicologia, Universidade Central da Venezuela/ Educação, Universidade de Massachusetts, Amherst, MA.
Philippe Ariès (1914/1984)	Historiador/Medievalista, França.
Philip L. Berman	Filosofia, Universidade da Califórnia e Harvard
Simone Beauvoir	Matemática, Instituto Católico/ Filosofia, Universidade de Paris (Sorbonne)

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe destacar que apesar destes serem autores de referências, o estudo foi realizado em duas obras na área das Ciências Sociais. Muitos estudos são desenvolvidos em relação a UnTI na área da saúde, trazendo outros autores como referência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE (AIU3A, França). **Historique**. Disponível em: <<http://aiu3a.com/HISTORIQUE.html>>. Acesso em: 03 Out. 2012.

BACON, Francis. **Novum organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza * Nova Atlântida**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. 2. ed. Abril Cultural, 1979.

BENSON, J. K., As organizações: um ponto de vista dialético. In: Chanlat, J.-F. e Séguin, F. **L'analyse des organisations: une anthologie sociologique**. Tome I. Montreal : Gaëtan-Morin, 1987.

BOTH, Agostinho. **Currículo Lates**. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708082H3>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BOTH, Agostinho. **Identidade existencial na velhice**: mediações do Estado e da universidade. Passo Fundo: UPF, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Governo Federal. **Futuro**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=34054&janela=1>. Acesso em: 02 Ago. 2012.

BUCKLEY, Walter. Modelos de sistemas sociais. In: BUCKLEY, Walter. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. São Paulo: Cultrix, 1967.

BURREL, G. e MORGAN, G. Part 1: In search of a framework 1. Assumptions about the nature of social science e 2. Assumptions about the nature of society. In: BURREL, G. e MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. London, 1979.

CHANLAT, J.-F. e SÉGUIN, F. O paradigma crítico em sociologia (trad. livre). In: Chanlat, J.-F. e Séguin, F. **L'analyse des organisations: une anthologie sociologique**. Tome I. Québec: Gaëtan-Morin, 1992. p. 37-38.

CHANLAT, J.-F. e SÉGUIN, F. O paradigma crítico e sua concepção da organização (trad. livre). In: Chanlat, J.-F. e Séguin, F. **L'analyse des organisations: une anthologie sociologique**. Tome I. Montreal : Gaëtan-Morin, 1987.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 out. 2012.

DAL RIO, Maria Cristina. Construção de Novas Formas de Sociabilidade no Processo de Envelhecimento e na Velhice. In: DAL RIO, Maria Cristina; MIRANDA, Danilo Santos de. **Perspectiva Social do Envelhecimento**. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009. p. 11-27.

DANIEL, Fernanda. O conceito de velhice em transformação. **Interações: Sociedade e Novas Modernidades**. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga. n. 10, p. 113-122. Abr. 2006. Disponível em: <<http://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/179/185>>. Acesso em 13 Set. 2012.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e Curso da Vida. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, p. 120-128, 1997. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/12112009-093723debert.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2012.

DEMO, Pedro. Base empírica da pesquisa social; Abordagem sistêmica e funcionalista – visão dinâmica dentro do sistema; Sociedade provisória – perspectivas de uma metodologia processual dialética. In: **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

DESCAMPS, C. A complexidade. In: DESCAMPS, C. **As idéias filosóficas contemporâneas na França (1960-1985)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. P. 98 – 107.

DESCARTES, René. **Discurso do Método: Meditações: Objeções e respostas: As afixões da alma: Cartas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DORTIER, J. F. Le cercle de Vienne et le nouvel esprit scientifique. In: *Sciences Humaines - Une siècle de sciences humaines*. Auxerre Cedex, Hors-Série n° 30, set/2000.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de Carlos Alberto Ribeiro de Moura [et al] – São Paulo: Abril Cultural, 1978.

EVANS-PRITCHARD. E. E. **Antropologia Social**. Lisboa: Edições 70. 1972.

FOULQUIÉ, Paul. Capítulo I. In: FOULQUIÉ, Paul. **A Dialética**. 3. ed. Lisboa: Europa-américa, 1978. Cap. 1, p. 42-66.

FRUTUOSO, Dina. **A Terceira Idade na Universidade: Relacionamento entre gerações no 3º Milênio**. Rio de Janeiro: Editora Ágora da Ilha, 1999.

GOERGEN, Paulo. Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (org.). **Universidade e Compromisso Social: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 65-95. (Coleção Educação Superior em Debate; v.4).

GURVITCH, Georges. Caracterização prévia da dialética. In: GURVITCH, Georges. **Dialética e sociologia**. São Paulo: Vértice, 1987. p. 28-32.

JAPIASSU, Hilton. Alguns instrumentos conceituais; O que é a epistemologia?. In: JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

KUHN, Thomas. Posfácio. In: **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MALINOWSKI, Bronislaw. **A Teoria Funcional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Lisboa: Europa-América, 1982.

_____. Complexité et organisation, in Audet, M. e Malouin, J.-L., **La production des connaissances scientifiques de l'administration**. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1986.

_____, Edgar. Problemas de uma epistemologia complexa. In: MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Europa-América, 1996. p.13 – 34.

PACHECO, Eliezer Moreira. Debate Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. **Universidade e Compromisso Social**: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: INEP, 2006. p. 103-244. (V.4).

PADOVANI, U. e CASTAGNOLA, L. O criticismo kantiano; O positivismo. In: **História da filosofia**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

PARSONS, Talcott. Sugestões para um tratado sociológico da teoria de organização. In: ETZIONI, A. (org.), **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1967.

POPPER, Karl. **A lógica da investigação científica**, in Karl Popper, coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. Conclusão: o reencantamento do mundo. In: PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. 3. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. p. 203 – 226

RADCLIFFE-BROWN, A. Sobre o conceito de função em ciências sociais. In **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RICCI, Natália Aquaroni et al. Interdisciplinaridade na gerontologia: uma revisão da literatura. **Revista Kairós: gerontologia**, São Paulo, 9(2), p.19-37, dez. 2006. Semestral. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/gerontologia/downloads/Kairosv9_n2.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008. p. 13-104.

_____. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos AVANÇADOS**. 1988, p. 46-71.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

SCHLICK, Moritz. Positivismo e realismo. In: Moritz Schlick, **Coleção de textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SÉGUIN, Francine. CHANLAT, Jean-François. **L'analyse des organisations**: une anthologie sociologique. Tome I, p. 33-36. Montréal. Gaëtan Morin, 1987.

SELZNICK, Philip. Fundamentos da Teoria de Organização. In: ETZIONI, A. (org.), **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1967.

SERVA, Maurício. O paradigma da complexidade e a análise organizacional. In: **Revista de Administração de Empresas**, 32(2):26-35, abr/jun 1992.